

Ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Aos cuidados da Dra. Sheilla da Conceição Santos Guerra
DD. Pregoeira

RECURSO

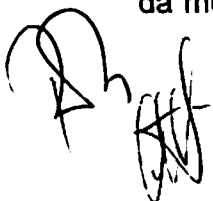
Recorrente – Rodna Travel Viagens e Turismo Ltda.
Recorrida - Terra Viagens e Turismo Ltda.
Referência – Pregão 051/2009
Processo – 929/2009
Lote - 2
Objeto – Contratação de empresa para hospedagem, locação de veículos, recepções e demais serviços afins.
Data de realização do pregão – 31/07/2009

Excelentíssimos Senhores, **Rodna Travel Viagens e Turismo Ltda.**, representada por seus sócios, Roberto Fernandes Aguiar e Claudio Motter Guimarães, não se conformando com a decisão relativa à licitação ocorrida no dia 31 de julho de 2009, com referência ao pregão 051/2009, processo 929/2009, lote 2, que tem por objeto contratação de empresa para hospedagem, locação de veículos, intermediação de recepções e demais serviços afins, que declarou a empresa Terra Viagens e Turismo Ltda vencedora do presente lote, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, que ora passa a expor:

Segundo estabelece o *caput* do art. 37 da Constituição Federal: " A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..."

Com efeito, dúvidas não pairam quanto aos princípios norteadores da administração pública que a orientam, dando-lhe o arcabouço necessário para o desenvolvimento e prática de seus atos.

Releva notar que o princípio da moralidade administrativa está relacionado com a ética, à probidade e boa-fé e obriga que os agentes da Administração Pública assim atuem e justamente por ser a moral administrativa jurídica os atos praticados contrariamente a ela são nulos. E no caso de uma licitação, o princípio da moralidade não se aplica apenas à atuação dos agentes administrativos, mas



também aos participantes do procedimento licitatório, como defende Celso Antônio Bandeira de Melo, in Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores, 24 edição, 2007, pág. 520.

Ademais, o parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 9.784/99 diz que: nos processos administrativos serão observados, dentre outros, os critérios de atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé."

Feitas tais premissas iniciais, foi publicada no Jornal Estado de Minas Gerais, de 27 de julho do corrente, à fl. 3 do caderno principal, matéria de página inteira, contendo o seguinte título: **"TRANSAÇÕES MILIONÁRIAS E NOVAS SUSPEITAS"**, cuja cópia segue em anexo.

Na referida reportagem de letras garrafais, urge transcrever o seguintes trechos:

"Um mercado milionário e uma onda de suspeitas e irregularidades. Detalhes e denúncias entre órgãos públicos e agências de turismo que prestam serviços a eles estão nas mesas de sete procuradores federais, que investigam possíveis fraudes em licitações e promessas de descontos impraticáveis. Desde 2008, estão em andamento investigações contra 20 empresas. (...)

A permanência dessas agências nas listas de contratados da administração pública tem gerado um debate entre procuradores e instituições oficiais de controle. Integrantes do MP afirmam que apenas com suspeitas que recaem sobre as empresas seria possível aos órgãos públicos desenvolverem formas e critérios mais rigorosos para realizar contratações. Dessa forma, contratos sob suspeitas seriam cada vez mais raros e as punições, mesmo que restritas às limitações para contratar com a administração pública, não precisariam esperar na fila dos julgamentos judiciais.

(...)

Entre as investigadas também estão agências de turismo cujos valores recebidos neste ano são pouco significativos. A Terra Viagens, por exemplo, recebeu R\$ 18 mil, até o início deste mês. Está na lista de suspeitas, no entanto, pelos repasses feitos a ela no ano passado. Foram R\$ 4,2 milhões, tudo resultado de contratos com o Ministério das Relações Exteriores...."

Da leitura da matéria em tela, observa-se que a empresa Terra Viagens e Turismo Ltda. que foi declarada vencedora pela pregoeira da licitação, deverá ser inexoravelmente desclassificada do processo licitatório, pois sua contratação pelo Tribunal de Justiça, órgão de cúpula do Poder Judiciário Mineiro que prima pela transparência, lisura e respeitabilidade, representará afronta aos princípios da moralidade e razoabilidade, além da ética administrativa, já que tal empresa como descrito na reportagem acima, está sendo investigada pelo Ministério Público Federal, por fortes evidências, ou melhor, por suspeitas de fraude em licitações de grande vulto que guardam similitude com o objeto desta licitação.



Atualmente, vem-se defendendo que apenas as empresas idôneas, ou seja, que possuem "fichas-limpas", sem quaisquer máculas, é que devem ser contratadas pelo Poder Público, não só isso, como também tal exigência vem sendo clamada até em nível de candidaturas a cargos eletivos, com vistas a atender ao clamor da sociedade por uma justiça mais digna e equânime. Como se não bastasse isso, exigir-se o trânsito em julgado de uma condenação, numa tentativa de se admitir a referida empresa em uma licitação consistiria ato por demais gravoso e temerário, mormente em se tratando de contratação com a Administração Pública. Incalculáveis seriam os prejuízos de ordem financeira e moral, sem falar nos escândalos na mídia.

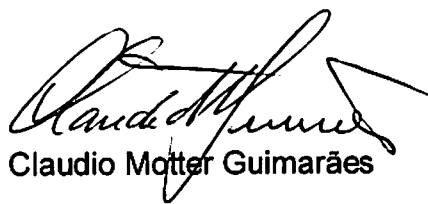
Diante do exposto, por entender que não seria ético por parte do Tribunal de Justiça a contratação da recorrida, já que, pela notícia divulgada em veículo jornalístico de renomada credibilidade, tratando-se pois, de empresa que não se encontra apta, pelo fato de estar sendo investigada por suspeita de fraude, o que compromete o princípio da moralidade administrativa, não podendo competir em pé de igualdade com as demais empresas que não se encontram nesta situação de suposta irregularidade, requer a desclassificação da empresa Terra Viagens e Turismo Ltda. e considerando que a recorrente, Rodna Travel Viagens e Turismo obteve a segunda colocação no processo licitatório que seja ela declarada a vencedora do certame.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 4 de agosto de 2009.



Roberto Fernandes Aguiar



Claudio Motter Guimarães